COMISSÃO ANS

RELATÓRIO ANUAL

22

23

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

COMISSÃO ARNS E SEUS MEMBROS TITULARES EM 2023

HOMENAGEM AOS GRANDES DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

ATUAÇÃO NACIONAL

AÇÕES

1 DEFESA DA DEMOCRACIA 24

2 DIREITO À VIDA E OUTROS DIREITOS 28

3 DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS ... 34

4 VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE 44

5 RACISMO 50

6 DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE 52

7 MULHERES 56

8 A COMISSÃO ARNS NA MÍDIA 58

MEMBROS E FUNDADORES

Ailton Krenak Líder indígena, ambientalista e escritor | **André Singer** Cientista político, jornalista, professor do Depto. de Ciência Política da USP | **Antônio Cláudio Mariz de Oliveira** Advogado, ex-secretário de Segurança Pública de SP | **Belisário dos Santos Jr.** Advogado, ex-secretário de Justiça de SP | **Cida Bento** Psicóloga, cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) | **Cláudia Costin** Economista, ex-ministra da Administração e Reforma do Estado | **Dalmo de Abreu Dallari** *(in memorian)* Advogado, Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP | **Daniela Mercury** Artista e ativista de direitos humanos | **Fábio Konder Comparato** Advogado, Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP | **José Carlos Dias** Advogado, ex-ministro da Justiça | **José Gregori** *(in memorian)* Advogado, ex-ministro da Justiça | **José Luiz Del Roio** Jornalista e ex-senador da República da Itália | **José Vicente** Advogado, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares | **Laura Greenhalgh** Jornalista | **Luiz Carlos Bresser-Pereira** Economista, ex-ministro da Fazenda, da Administração e da Reforma do Estado | **Luiz Felipe de Alencastro** Historiador, Professor Emérito da Universidade Sorbonne, França | **Manuela Ligeti Carneiro da Cunha** Antropóloga, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia | **Margarida Bulhões Pedreira Genevois** Socióloga, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo | **Maria Hermínia Tavares de Almeida** Cientista política, Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP | **Maria Victoria Benevides** Socióloga e cientista política, Professora Emérita da Faculdade de Educação da USP | **Oscar Vilhena Vieira** Advogado, diretor da Escola de Direito da FGV | **Paulo Vannuchi** Jornalista, cientista político, ex-ministro de Direitos Humanos | **Paulo Sérgio Pinheiro** Cientista político, ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos | **Sueli Carneiro** Filósofa, fundadora do Geledés | **Vladimir Safatle** Filósofo, professor Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

MEMBROS APOIADORES

Áurea Lopes

Bruna Lavinas Jardim Falleiros

Carmen Mansano da Costa Barros Filha

Christine Engelberg

Eloísa Machado de Almeida

Felipe de Paula

Gabriel de Carvalho Sampaio

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira

Joana Zylbersztajn

Julia Mello Neiva

Juliana Gomes Miranda

Juliana Vieira dos Santos (licenciada)

Juvelino José Strozake

Leana Naiman Bergel Friedman

Luiz Armando Badin

Luiz Henrique Eloy Amado (licenciado)

Maria Victoria Hernandez Lerner (licenciada)

Marlus Heriberto Arns de Oliveira

Paulo de Tarso Lugon Arantes

Samara Carvalho Santos (licenciada)

Silvia Lopes de Menezes

Conselho Fiscal

Cláudia Costin

Lilian Furquim C. de Andrade

Lucia Fernandez Hauptman

Diretora Executiva

Laura Greenhalgh

Secretário Executivo

André Alcântara

Comunicação

Analítica (Comunicação institucional)

Com Texto (Mídias digitais)

Ricardo Oliveira (Webmaster)

Christine Engelberg (Design)

INTRODUÇÃO

AMIGAS E AMIGOS,

MARIA VICTORIA SUCEDE JOSÉ CARLOS NA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO ARNS

Com este relatório institucional, a Comissão Arns comemora meia década de atividades. Cinco anos intensos já se passaram! Criada em 2019, diante dos sinais de retrocesso dos direitos humanos em nosso país, esta Comissão reuniu 22 membros fundadores, entre ex-ministros e ex-secretários de Estado, acadêmicos, militantes e jornalistas, dispostos a somar forças para enfrentar uma conjuntura que viria a ser da maior gravidade.

A missão da Comissão Arns nasceu do compromisso de tratar com prioridade os grupos mais vulnerabilizados da população -- entre eles, mulheres, negros, jovens, indígenas, quilombolas e indivíduos LGBTQIA+ -- sobre os quais ainda recai o peso da desigualdade brasileira. Porém, em 2020, em nosso segundo ano de vida, veio a pandemia; e, com ela, as incertezas sobre um vírus desconhecido e letal. Foi quando o Brasil mergulhou no caos pela ação de um presidente negacionista, incompetente e autoritário.

Posso testemunhar que a Comissão Arns não esmoreceu. Atuamos sozinhos ou em rede com outras organizações, dentro e fora do país. Construímos o Pacto pela Vida e pelo Brasil, ao lado de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB,) a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciência (ABC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cobrando pela primeira vez auxílio emergencial aos mais necessitados, durante a pandemia e por conta dela.

Batemos obstinadamente às portas da Justiça por violações que se abateram sobre inúmeras comunidades, algumas resultando em chacinas. Fomos ao Tribunal Penal Internacional e ao Tribunal Permanente dos Povos, onde crimes foram denunciados pela constante usurpação dos direitos fundamentais dos indígenas. Clamamos em defesa da democracia e do Estado de direito quando se pretendeu quebrar o sistema eleitoral. Foi, enfim, uma longa jornada, divulgada pela imprensa, documentada em nosso site (www.comissaoarns.org) e preservada nos relatórios institucionais, que lançamos ano após ano.

A democracia voltou respirar em 2022, após eleições livres e soberanas. Mas a Comissão Arns não baixou a guarda: ampliando seu quadro ao incluir membros associados, continuamos a atuar em defesa dos povos indígenas, na denúncia da violência policial que atinge majoritariamente a população negra e pobre, no combate à violência no campo, na busca de políticas públicas que resgatem a dignidade da população vivendo em situação de rua, e, no plano internacional, em representações junto ao sistema interamericano e ao Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU.

Em dezembro de 2023, vale destacar, fomos agraciados com o Prêmio Innovare. Foi com emoção que recebi em Brasília, representando a entidade, essa nobre distinção do Judiciário brasileiro, batizada com o nome do saudoso amigo Márcio Thomaz Bastos -- como eu, advogado, ex-ministro da Justiça e incurável defensor dos direitos humanos.

É hora de comunicar que deixo a presidência da Comissão Arns depois de quatro anos no exercício do cargo, passando o bastão para a cientista política e educadora Maria Victória Benevides, também fundadora deste grupo. O legado maior do nosso patrono, D. Paulo Evaristo Arns, estará em boas mãos. Por fim, mas não por último, agradeço o apoio que recebi dos membros da Comissão Arns ao longo da minha gestão, fazendo uma saudação especial para a nossa presidente de honra, Margarida Genevois, incansável e exemplar aos 101 anos de vida!

Recebam um forte abraço,

José Carlos Dias

PRESIDENTE DE HONRA DA COMISSÃO ARNS COMPLETA 100 ANOS

A socióloga Margarida Genevois, fundadora e presidente de honra da Comissão Arns festejou em 10 de março seu centenário. Homenageada pelo presidente Lula e por inúmeras organizações da sociedade civil, Margarida dedicou sua vida a lutar por justiça e pelos direitos humanos. Sobre ela, o advogado e também fundador da Comissão, Belisário dos Santos Jr. escreveu:

"Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, entendeu logo que Margarida era uma ativista dos direitos humanos e a levou para a Comissão Justiça e Paz. Ali, ela conheceu outra faceta da militância. A luta contra a ditadura. Foi, dizem todos, o braço direito de Dom Paulo, no atendimento aos perseguidos políticos, tomando seus depoimentos, denunciando as violações graves de direitos humanos comuns na época do arbítrio. Essa mulher, que mesclava os papéis de socióloga e "advogada honorária", sabia que a denúncia de uma prisão poderia ser a grande diferença para prevenir a morte ou a desaparição forçada. E foi extraordinária na denúncia das prisões e das mortes e da tortura". Leia mais https://bit.ly/3ymg49h

A COMISSÃO ARNS E SEUS MEMBROS TITULARES EM 2023

CIDA BENTO E DANIELA MERCURY PASSAM A INTEGRAR A COMISSÃO ARNS

Em 2023, em fevereiro e março respectivamente, a professora Maria Aparecida da Silva Bento, Cida Bento como é chamada, e a cantora Daniela Mercury tornaram-se membros titulares da Comissão Arns. A professora Cida Bento é psicóloga, ativista e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), que atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho. Em 2015, integrou a lista das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, publicada pela renomada revista britânica The Economist. A artista e ativista baiana Daniela Mercury traz uma contribuição relevante para os direitos humanos em especial nas questões referentes a indígenas, meio ambiente, racismo, gênero e LGBTQIA+. Daniela é embaixadora da Unicef no Brasil desde 2015 e integra o Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2013, foi uma das ganhadoras do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria "Cultura e Direitos Humanos", promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Leia mais https://bit.ly/4bjcmMf; https://bit.ly/3V1JvWM

CIDA BENTO

DANIELA MERCURY

HOMENAGEM AOS GRANDES DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

JOSÉ GREGORI 1930-2023

JAIME CROWE 1946-2023

O LEGADO DE JOSÉ GREGORI NA CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Advogado e fundador da Comissão Arns, José Gregori faleceu em 3 de setembro, aos 92 anos. Foi um dos construtores dos Programas Nacionais de Direitos Humanos criados durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando foi secretário Nacional de Direitos Humanos (1997- 2000) e ministro da Justiça (2000-2001). Foi um dos idealizadores da Comissão de Mortos e Desaparecidos, para apurar os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil, que anos depois iria resultar na criação da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 durante o governo Dilma Roussef. Leia mais https://bit.ly/3UDDHSd

INCANSÁVEL DEFENSOR DAS POPULAÇÕES DA PERIFERIA

A Comissão Arns prestou homenagem ao padre Jaime Crowe, que faleceu em 19 de fevereiro na Irlanda, sua terra natal, em decorrência de um infarto, aos 77 anos. O sacerdote, que chegou ao Brasil em 1969, ficou conhecido por seu trabalho na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo e no Jardim Ângela, periferia da zona sul paulistana, considerado o bairro mais violento da cidade. Tornou-se referência na luta contra a violência, a miséria e na defesa dos direitos dos pobres denunciando o abandono a que estavam relegados pelos poderes públicos. Padre Jaime participou ativamente de movimentos e organizações em defesa dos direitos humanos como o Fórum e a Caminhada pela Vida e pela Paz, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral Operária e, a Comissão de Direitos Humanos da Região Sul. Em 2021, o sacerdote voltou para a Irlanda. Leia mais https://bit.ly/3yvvzvm

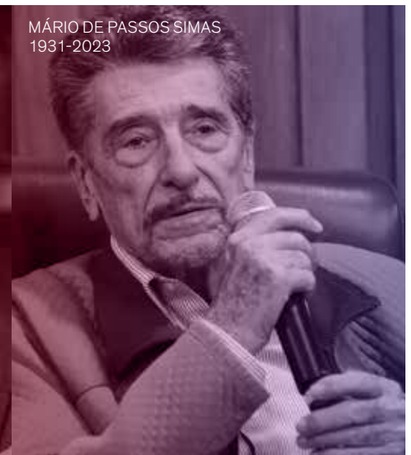
HOMENAGEM AOS GRANDES DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

FIGURA CENTRAL NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL

A Comissão Arns veio a público manifestar pesar pelo falecimento de José Paulo Sepúlveda Pertence, ocorrido em 2 de julho em Brasília. Cassado pelo Ato Institucional 5 (AI-5), em 1969, juntou-se a Victor Nunes Leal e outros colegas, defendendo corajosamente dissidentes e perseguidos políticos pela ditadura civil-militar. Sepúlveda Pertence exerceu papel central no processo de transição para a democracia, sendo nomeado para o cargo de Procurador-Geral da República pelo primeiro governo civil, em 1985. Sua gestão transformou a instituição, o que foi reconhecido pela Constituição de 1988. De órgão de acusação criminal, a Procuradoria-Geral da República (PGR) passou a ter a atribuição de defender direitos da sociedade e a própria democracia. Nomeado para o Supremo Tribunal Federal em 1989, transformou-se no principal esteio dentro da Corte no difícil processo de implementação da nova Constituição. Sua conduta à frente do STF influenciou uma mudança no perfil do tribunal, que passou a exercer o papel de uma autêntica Corte Constitucional. Leia mais https://bit.ly/3UF9wKd

JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE 1937-2023

MÁRIO DE PASSOS SIMAS 1934-2023



MÁRIO DE PASSOS SIMAS
1931-2023

O ADVOGADO MAIS-QUE-PERFEITO

Com essa frase, o advogado José Carlos Dias, fundador da Comissão Arns, definiu Mário de Passos Simas destacado defensor dos direitos humanos e fundador da Comissão de Justiça e Paz, que faleceu em 12 de julho. Ambos atuaram juntos em defesa dos frades dominicanos. “Entre os casos em que atuou, certamente a defesa dos frades dominicanos, perseguidos pela ditadura civil-militar, tenha sido o que mais o marcou. Trabalhamos em parceria. E foi em torno da prisão, seguida de morte, do estudante Alexandre Vannucchi Leme, pelos agentes da repressão, que lutamos juntos com mais empenho”, escreveu Dias. Leia mais https://bit.ly/3VaQmxz

DEFENSOR INCONTESTÁVEL DAS VÍTIMAS DA REPRESSÃO DA DITADURA

O advogado e dramaturgo Idibal Pivetta, que faleceu aos 92 anos, em 23 de outubro, foi homenageado pela Comissão Arns em nota pública. Defensor incontestável dos direitos humanos, da liberdade e da democracia no Brasil foi advogado de estudantes, operários, professores e artistas atingidos pela repressão da ditadura civil-militar. Nunca se recusou a defender qualquer pessoa. Foi preso várias vezes, uma delas com mais 10 advogados por se insurgir contra as torturas praticadas em um presídio que abrigava presos políticos. Sob o pseudônimo de César Vieira foi fundador do Grupo Teatro Popular União e Olho Vivo. O grupo percorria a periferia de São Paulo e de outras grandes cidades do Brasil e do mundo, popularizando o teatro e levando histórias engraçadas de oposição ao autoritarismo. Na luta pela Anistia ou em atos contra a ditadura civil-militar, o União e Olho Vivo sempre esteve presente, com cantos em favor da liberdade e da democracia. Leia mais https://bit.ly/3WETLFO

ORGANIZAÇÕES ENTREGAM À ONU RELATÓRIO SOBRE A INVISIBILIZADA TORTURA NO BRASIL

A Comissão Arns, com outras organizações da sociedade civil, apresentou à ONU um relatório para a revisão do Estado brasileiro pelo Comitê contra a Tortura (CAT) da Organização das Nações Unidas. Essa revisão aconteceu em Genebra em 19 e 20 de abril. Veio preencher uma lacuna de quase duas décadas sem uma revisão mais acurada do Estado brasileiro, por um comitê de experts no tema específico. O relatório apresentou um panorama dos diversos tipos de violações e de setores mais vulneráveis à tortura. Na pauta do diálogo entre os peritos do CAT e do Estado figuraram temas como a falta de independência funcional dos institutos médicos legais, audiências de custódia, racismo institucional da prática generalizada de tortura, crise no sistema socioeducativo, pouquíssimas sentenças condenatórias do crime de tortura, comunidades terapêuticas e a população em situação de rua.

Entre outras questões, o documento mostrou que de 2019 a julho de 2022, houve pelo menos 44,2 mil denúncias de tortura e maus tratos feitas no momento da detenção relatados em audiência de custódia, o dobro se considerados os quatro anos antecedentes. Segundo estudo da Comissão Pastoral Nacional, em 2022, os relatos de tortura em presídios aumentaram 37% em todo o país, com 369 casos denunciados entre 2021 e 2022: 52,2% de agressão física; 18,38% de agressão verbal; 1,73% de discriminação em razão da raça/cor, etnia, identidade de gênero ou orientação sexual; 36,32% de tratamento degradante. Apesar disso, a tortura é invisibilizada no país. Leia mais https://bit.ly/4afz6va; https://bit.ly/3ymbEPL

RELATÓRIO ANALISA A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL (RPU) NA ONU

Durante o 4º ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) (2023-2027), mecanismo de avaliação da situação dos direitos humanos nos 193 Estados Membros da ONU, que aconteceu entre 7 e 18 de novembro de 2022, o relatório apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro, foi elaborado em cenário de completo desmonte da governança de direitos. No início de 2023, o assessor internacional da Comissão Arns, advogado Paulo Lugon, analisou o documento apontou alterações e o governo Lula o adotou com as modificações sugeridas. Entre outras questões, a RPU do Brasil trazia dados insuficientes e distorcidos, críticas ao Estado de Direito e liberdade de expressão, ataques a minorias e desmonte da governança indígena e ambiental. Não houve também interlocução com a sociedade civil no plano internacional como é prática comum em regimes democráticos. Leia mais https://bit.ly/3UZU8tb

SOCIEDADE CIVIL ELABORA DOCUMENTO PARA REVISÃO DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Em junho, a Comissão Arns, em parceria com a Casa Latino Americana (Casla), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e a Coalizão Direitos na Rede, elaborou um relatório ao Comitê de Direitos Humanos da ONU indicando uma lista de violações persistentes no Brasil, apontando ainda lacunas graves de implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. A revisão pela qual passa o Brasil neste momento é de suma importância pois peritos internacionais do Comitê de Direitos Humanos, órgão que zela pelo cumprimento do Pacto, farão uma análise das partes já implementadas e das áreas que ainda merecem atenção, como a persistência da tortura, as desigualdades sistêmicas, violações ao direito à privacidade e defensores de direitos humanos em risco. Leia mais https://bit.ly/4ajV3cv

COMISSÃO ARNS PARTICIPA DE REVISÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (CDESC) DA ONU

A Comissão Arns, em conjunto com organizações parceiras, apresentou um relatório sobre os principais pontos de atenção e desafios no país ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Cdesc) da ONU. O assessor internacional da comissão, Paulo Lugon, representou a organização na sessão realizada em 28 de setembro, em Genebra. O Estado brasileiro foi questionado sobre disparidade de aposentadoria, trabalho informal e Marco Temporal. Leia mais https://bit.ly/3KdmJFm

COMISSÃO ARNS E ORGANIZAÇÕES ENVIAM APELO URGENTE À ONU SOBRE PL Nº 2903

Um Apelo Urgente foi enviado em 3 de outubro a relatores especiais da ONU, pela Comissão Arns e organizações parceiras. O objetivo foi alertar para o risco de grave violação de direitos dos povos indígenas do Brasil, caso o Projeto de Lei (PL) nº 2903, seja aprovado pelo Senado Federal do Brasil. As organizações que assinam o documento pedem aos relatores que instem o Estado brasileiro, em especial o Ministério da Justiça, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a Casa Civil, a reconhecer que o referido PL apresenta vícios de constitucionalidade e convencionalidade, e configura retrocesso social, de forma que se posicionem pelo veto integral à proposta. As organizações solicitam ainda um comunicado de imprensa conjunto chamando a atenção para a gravidade da situação e expressando a opinião dos relatores sobre a incompatibilidade desta legislação com padrões internacionais de direitos humanos. Leia mais https://bit.ly/3Kbhs1b

ATUAÇÃO NACIONAL

CINCO ANOS DE TRABALHO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A Comissão Arns recebeu o Prêmio Destaque Márcio Thomaz Bastos da 20ª edição do Prêmio Innovare. A premiação, que aconteceu em Brasília em 12 de dezembro, é o reconhecimento pelo trabalho inovador que a organização vem fazendo em defesa da democracia e dos direitos humanos desde sua fundação em 2019. Criado em 2004, pelo Instituto Innovare, o prêmio reconhece e dissemina práticas transformadoras que se desenvolvem no sistema de Justiça do Brasil. O presidente José Carlos Dias representou a Comissão Arns no evento. "Acreditamos que, sem democracia, não há direitos humanos. Ao sentir que a democracia no Brasil sofria risco, o que, de fato, se confirmou com os graves retrocessos no país, reunimos um grupo de 22 pessoas com características diferentes, apartidário, mas unido por um objetivo em comum. E foi assim que a Comissão se desenvolveu: defendendo os direitos humanos, denunciando as violações e se unindo a outras entidades ligadas a essa causa", afirmou. Leia mais https://bit.ly/4awVvEn

Medalha legislativa Vladimir Herzog – Em 5 de dezembro, a Câmara Municipal de Diadema, município da região metropolitana de São Paulo, concedeu a medalha legislativa Vladimir Herzog a dez personalidades e a uma organização da sociedade civil – a Comissão Arns e dois seus fundadores –, Paulo Vanucchi e Belisário dos Santos Jr. A medalha homenageia as pessoas ou instituições cujas ações contribuam para defesa e garantia da democracia brasileira, e também para manter acesa a memória da redemocratização. Leia mais https://bit.ly/3yAtu1t

DEFESA DA DEMOCRACIA

REPÚDIO AOS ATAQUES AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (NP#56)

A Comissão Arns em nota pública manifestou o seu total repúdio aos atos de violência que atentaram contra o Estado Democrático de Direito, em 8 de janeiro, no Distrito Federal. Diz a nota: "A invasão e depredação dos prédios que abrigam os poderes da República é inaceitável, representando uma tentativa de abolir pela violência o regime democrático, o que é crime, tipificado pelo artigo 359-L do Código Penal. Impossível aceitar que se busque, pela via da força, do caos, do desacato às autoridades e às leis, obstruir a soberania popular expressa pelo resultado democrático das urnas em 2022. É fundamental que forças de segurança restabeleçam urgentemente a lei e a ordem na capital do País. É imperativo que todos aqueles que invadiram e depredaram a sede dos três poderes da República, assim como aqueles que financiaram e organizaram esses e outros atos de vandalismo contra a democracia brasileira, sejam responsabilizados por seus atos. É essencial que também sejam apuradas as condutas omissivas que favoreceram esse movimento voltado à desestabilização de nosso Estado Democrático de Direito. As instituições de aplicação da lei não podem ser tolerantes com quem atenta contra nossa ordem constitucional". Leia mais https://bit.ly/3wPFWKe

FOTO: GABRIELA BILÓ /FOLHAPRESS

DEFESA DA DEMOCRACIA

SOCIEDADE CIVIL PROTESTA EM ATO PÚBLICO CONTRA OS ATAQUES DO 8 DE JANEIRO

Em forte reação aos ataques sofridos pelos três poderes, em 8 de janeiro, diversas organizações da sociedade civil reuniram centenas de pessoas no dia seguinte (9/1) em um ato público na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pela Comissão Arns, participaram e tiveram a palavra Oscar Vilhena, fundador da Comissão, e José Carlos Dias, presidente, que fez a leitura do documento oficial divulgado pelas organizações. Leia aqui https://bit.ly/4dMviEN

REPÚDIO AOS ATAQUES CONTRA MINISTROS DO STF (NP#57)

Em 17 de julho, a Comissão Arns manifestou publicamente em nota o seu mais profundo repúdio às recorrentes agressões e tentativas de intimidação praticadas contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares. Leia mais https://bit.ly/4bt3zqV

COMISSÃO ARNS CUMPRIMENTA A SENADORA ELIZIANE GAMA POR SEU TRABALHO NA CPMI DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO (NP#63)

Em nota pública de 23 de outubro, a Comissão Arns expressou reconhecimento pelo excelente desempenho da senadora Eliziane Gama, relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos de 8 de janeiro. “Durante cinco meses, sua atuação revelou o melhor exemplo de dedicação ao mandato, com inteligência e firmeza na busca dos fatos e dos responsáveis. Digno de nota é constatar a sua coragem, mesmo diante de ameaças que a obrigaram a solicitar até mesmo escolta para sua segurança”, diz o texto. A Comissão Arns seguirá acompanhando os desdobramentos do relatório da CPMI nas instâncias judiciais. Leia mais https://bit.ly/4dRmaPc

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC) É ACIONADA PELA COMISSÃO ARNS APÓS VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA VEREADORA

A Comissão Arns encaminhou em fevereiro ofício à Procuradoria da República no município de São Miguel do Oeste (SC) solicitando apuração das ameaças e violência política sofridas pela vereadora Maria Tereza Zanella Capra (PT). “Merece atenção especial não só a cassação da nobre vereadora, supostamente fundada em falta de decoro parlamentar, como também a ausência de apuração de episódios de manifestação da cultura nazista”, descreve o documento. A organização também procurou a presidência da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste para “manifestar estranheza” sobre a cassação do mandato da parlamentar por alegada quebra de decoro, após postar em seu Instagram um vídeo denunciando a manifestação golpista, ocorrida em 2022, em que moradores da cidade fizeram saudações em apologia ao nazismo. Também encaminhou carta de apoio à vereadora expressando sua profunda indignação com os fatos. Leia mais https://bit.ly/3VqnP7j

FOTO: ANDRÉ AMÉRICO

MOVIMENTOS SOCIAIS DISCUTEM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA

Em 2023, a Comissão Arns intensificou suas ações para promover diálogos com autoridades para debater políticas públicas voltadas à população de rua de São Paulo. Assim, em 14 de março, os advogados Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e Oscar Vilhena Vieira, fundadores da Comissão Arns, e o secretário executivo da organização, André Alcântara, reuniram-se com Carlos Bezerra Jr., secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura de São Paulo e visitaram o programa Reencontro, com sede na saída do metrô Anhangabaú. Leia mais https://bit.ly/4b089je

COMISSÃO ARNS PARTICIPA COMO *AMICUS CURIAE* NA ADPF Nº 976

Em 19 de maio, a Comissão promoveu encontro com movimentos e instituições que atuam na efetivação e defesa de políticas da população em situação de rua em São Paulo. Entre os encaminhamentos, decidiu-se pelo ingresso da Comissão como amicus curiae na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976 no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da política de atendimento das pessoas em situação de rua, tanto na prevenção quanto no atendimento para que possam sair das ruas. (*Amicus curiae* ou amigo da corte é uma figura jurídica que apresenta informações e subsídios para o julgamento de determinado tema). Em julho, o ministro relator Alexandre de Moraes, do STF, ordenou a proibição de remoções forçadas de pessoas em situação de rua e de seus bens e pertences pessoais, diante da omissão dos estados, DF e municípios em adotar medidas para implementar a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída em 2009, pelo Decreto Federal nº 7.053/2009. Moraes determinou ainda o prazo de 120 dias para que o governo federal elabore um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da política nacional para essa população. Leia mais https://bit.ly/3V4ZN0e

EXPOSIÇÃO LÁGRIMAS DA TERRA PROPÕE REFLEXÃO SOBRE DIREITOS

Foi inaugurada em 5 de agosto, com apoio da Comissão Arns, a exposição Lágrimas da Terra, da artista plástica Cyra Moreira, na Oficina Cultural Oswald de Andrade em São Paulo. Uma roda de conversa abriu a mostra com a participação da artista, do advogado e diretor da FGV Direito SP, Oscar Vilhena, fundador da Comissão Arns, e a artista plástica Cecília Tilkian. Em 75 painéis e a artista abordou violações de direitos humanos, devastação ambiental e crise de refugiados. Leia mais https://bit.ly/3WUsyiw

COMISSÃO ARNS
VISITA PADRE JÚLIO
LANCELOTTI

REPÚDIO AO ASSASSINATO DE MÃE BERNADETE (NP#60)

A Comissão Arns veio a público em 18 de agosto manifestar o seu mais forte repúdio ao assassinato de Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete. Ela foi assassinada a tiros no dia 17 de agosto, no terreiro que comandava no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador. Símbolo maior da luta quilombola no país, Mãe Bernadete foi uma voz incansável na defesa dos direitos, da cultura e da espiritualidade do povo negro. Integrava a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), tendo sido Secretária de Promoção da Igualdade Racial em Simões Filho. Leia mais https://bit.ly/3WWdq4n

PADRE JÚLIO LANCELOTTI RECEBE VISITA DA COMISSÃO ARNS

A Comissão Arns visitou o padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo. O encontro aconteceu em 1º de setembro, na Paróquia São Miguel Arcanjo, no extremo leste da cidade de São Paulo, e teve como um dos principais temas a proposição de medidas para eliminar da cidade a chamada “arquitetura hostil” às pessoas em situação de rua, como pedras afiadas embaixo de marquises e bancos de praça separados por barreiras que impossibilitam as pessoas de se deitarem. Leia mais https://bit.ly/3VjvnbW

JUSTIÇA PROÍBE TAURUS DE FAZER PUBLICIDADE ILEGAL DE ARMAS

A 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) decidiu, por maioria dos votos em sessão realizada em 5/9, que a Taurus deve remover a publicidade de armas de fogo de seu site e do perfil do Instagram, sob pena de multa de diária a ser fixada pelo juiz de primeira instância, por ser ilegal. A decisão foi o resultado de recurso impetrado pela Comissão Arns, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Intervozes e advogados da Rede Liberdade. A propaganda de armas é permitida apenas em publicações especializadas e não pode ser divulgada na internet ou redes sociais. Em janeiro de 2024, foi assinado o acórdão restringindo a propaganda. Leia mais https://bit.ly/4avUOv6

COMISSÃO ARNS PARTICIPA DE COLÓQUIO SOBRE DEMOCRACIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

O advogado Oscar Vilhena Vieira, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e fundador da Comissão Arns, participou em 11 de setembro de um painel do Colóquio Internacional sobre Justiça Climática e Democracia, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sediado na Sala de Sessões da Primeira Turma da Corte, o evento discutiu a relação da Justiça Climática com temas como direitos humanos, democracia, minorias e responsabilidade intergeracional. Leia mais https://bit.ly/4bL8GCU

DIREITO
À VIDA E
OUTROS
DIREITOS

SEMINÁRIO DEBATE O DESARMAMENTO HUMANITÁRIO

Em 28 de novembro, a Comissão Arns participou de seminário na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que reuniu representantes de coalizões e organizações da sociedade civil brasileira para debater o desarmamento humanitário – medidas para prevenir e estancar o sofrimento das pessoas em áreas de conflito. A Comissão Arns foi representada por seu presidente, José Carlos Dias, e sua diretora executiva Laura Greenhalgh. Foram apresentados dois relatórios internacionais, um sobre minas terrestres (Landmine Monitor) e outro sobre armas de fragmentação (Cluster Bombs Report). A reunião chamou a atenção sobre a posição do Brasil, que, sendo signatário do tratado para a eliminação de minas terrestres, até hoje não aderiu à convenção internacional de 2008 pela proibição de uso das munições de tipo cluster (projéteis que se abrem no ar e despejam uma série de bombas no solo, atingindo área de grande alcance; quando não estouram, muitas ficam enterradas no solo transformando-se em minas terrestres). O Brasil fabrica, armazena e exporta esse tipo de munição para vários países com pelo menos três empresas nacionais incentivadas com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O seminário foi organizado pela Faculdade de Direito da USP com a International Campaign to Ban LandMines (ganhadora do Nobel da Paz de 1997), a Coalition on Cluster Munitions e a Dhesarme. Contou também com a participação da Human Rights Watch, da Conectas Direitos Humanos e do Instituto Sou da Paz.
Leia mais https://bit.ly/4aA1Uib

FOTO JAY REMBERT

COMISSÃO ARNS DISCUTE DESAFIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Representantes de organizações ligadas à questão do encarceramento no Brasil reuniram-se em 24 de novembro a convite da Comissão Arns, na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, para debater os desafios do sistema carcerário. A Comissão busca construir uma agenda de ação para colaborar na luta pelos direitos dos presos e indica o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o espaço mais adequado para tratar desse tema. Entre os problemas apontados estão os entraves às políticas e aos processos de desencarceramento, assim como graves questões do cotidiano nos espaços de contenção e guarda de presos – superlotação de celas, más condições de alimentação e higiene, falta de acesso à Justiça e assistência religiosa, entre outros. Em dezembro, a Comissão Arns reuniu-se com o juiz Luiz Geraldo Sant'Ana Lanfredi, do CNJ, para discutir a possibilidade de uma parceria com o Conselho, com foco no desencarceramento.
Leia mais https://bit.ly/3UVYErE

ATO PELA PAZ CELEBRA OS 75 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 10 de dezembro, foram celebrados, na capela da Universidade São Judas, em São Paulo, os 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; os 50 anos da Comissão Justiça e Paz de São Paulo; os dez anos da Campanha contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e os seis anos da Frente Inter-Religiosa Dom Paulo por Justiça e Paz. Foram homenageados o padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo e Margarida Genevois, presidente de honra da Comissão Arns. O ato foi promovido por organizações da sociedade civil, como Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Frente Inter-Religiosa Dom Paulo Evaristo Arns, Comissão Arns, OAB-SP, Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, Cebrapaz, entre outras entidades de direitos humanos.
Leia mais https://bit.ly/3Khz7Ej

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

COMISSÃO ARNS VAI AO PARÁ COBRAR PROVIDÊNCIAS SOBRE VIOLÊNCIA NO CAMPO

Entre 17 e 20 de abril, a Comissão Arns esteve nos municípios paraenses de Marabá, Eldorado do Carajás, Anapu, Altamira e Belém, territórios marcados pela violência no campo e pela negligência estatal. A comitiva esteve na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, no Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST). O acampamento lembra os 21 trabalhadores rurais assassinados por policiais militares em 1996 e exige resposta para o crime, que até hoje não foi completamente solucionado. De todos os PMs acusados, apenas dois foram condenados como mandantes da chacina: coronel PM Mário Pantoja e major PM José Maria de Oliveira. (Saiba https://comissaoarns.org/pt-br/blog/comissao-arns-participa-de-ato-em-eldorado-dos-carajas/). O acampamento também alerta para a violência que continua. Em 2017, depois de uma reintegração de posse a favor da Fazenda Santa Lúcia – fruto de grilagem –, 25 famílias de trabalhadores rurais voltaram a ocupar a área. De acordo com testemunhas, dez pessoas foram assassinadas por PMs. Dezesseis pessoas foram indiciadas e aguardam julgamento. Quarenta dias depois, o coordenador da Liga dos Camponeses Pobres, Rosenildo Pereira, foi executado em Rio Maria. O caso sequer tem inquérito aberto. Em 2021, Fernando dos Santos Araújo, testemunha-chave do episódio foi morto. A comitiva também esteve em São Félix do Xingu, que registrou mais de 60 assassinatos no campo em 40 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Em janeiro de 2022, o ambientalista José Gomes, o Zé do Lago, sua esposa e sua enteada foram assassinados, sem que os responsáveis tenham sido identificados. A comitiva visitou ainda a Terra Indígena Parakanã, em Novo Repartimento, e enviou ofício à presidência da Funai relatando iminente ameaça de violência aos indígenas e aos funcionários daquele órgão indigenista, e pedindo urgentes providências. Um vídeo sobre a missão está previsto pela Comissão Arns para ser lançado em 2024. Leia mais https://bit.ly/4aDLLbB; https://bit.ly/3QZY0rU

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A MISSÃO DA COMISSÃO ARNS AO PARÁ FOI COMPOSTA PELOS MEMBROS MANUELA CARNEIRO DA CUNHA, BELISÁRIO SANTOS JR., PAULO VANNUCHI, LUIZ ARMANDO BADIN E LEANA N. BERGEL

RELATÓRIO RECOMENDA OPERAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

A Comissão Arns entregou ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, em 1º de junho, o relatório Pará: sem justiça não há paz, com recomendações de ações governamentais para enfrentar o quadro de violência e impunidade no sul e sudeste do Pará. Resultado de uma expedição de cinco dias realizada em abril pela Comissão Arns nos territórios marcados pela criminalidade naquele estado, o documento compila relatos de vítimas, testemunhas e autoridades locais em um esforço de alerta para a gravidade da situação na região, uma das mais violentas do país. Uma das recomendações sugeridas é realizar uma grande operação local de desarmamento e fiscalização nas regiões visitadas, a ser organizada pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, em conjunto com o governo do estado do Pará, com apoio intensivo da Polícia Federal e coordenada com a Polícia Militar local. O relatório recomenda, ainda, um esforço operacional concentrado do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Segurança Pública para solucionar o massacre da família do ambientalista José Gomes, o Zé do Lago, em São Félix do Xingu, e para o cumprimento de mandados de prisão em aberto. O relatório foi entregue também aos ministros Sílvio de Almeida, dos Direitos Humanos, Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, ao Advogado Geral da União, Jorge Messias e à então presidente do STF, Rosa Weber. Leia mais https://comissaoarns.org/pt-br/blog/comissao-arns-recomenda-operacao-integrada-de-seguranca-publica-no-sul-e-sudeste-do-para/. Em setembro, a Comissão esteve em Belém (PA) para entregar o relatório a autoridades locais e representantes da sociedade civil. O objetivo também foi discutir ações realizadas e estratégias para prosseguir no cumprimento das recomendações sugeridas. O advogado Belisário dos Santos Jr., fundador da Comissão Arns e a psicóloga Leana Naiman, associada, estiveram no Ministério Público Estadual e tiveram um encontro na Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará, com o secretário Jarbas Vasconcelos do Carmo. Leia mais https://bit.ly/3VdF5wk

PRESSÃO DE INVASORES SOBRE A TERRA INDÍGENA APYTEREWA EXIGE PROVIDÊNCIAS (NP#63)

A Comissão Arns acompanhou com preocupação as pressões para que se suspendesse a desintrusão de invasores da terra indígena Apyterewa, no Pará. A área é tradicionalmente ocupada pelos indígenas Parakanã, de recente contato, o que aumenta sua vulnerabilidade e exige providências do poder público. Em nota pública de 24 de outubro, a Comissão Arns reforçou a urgência para se concluir o processo de desintrusão e a completa regularização da terra indígena. O processo de demarcação da Apyterewa começou em 1987 e terminou em 2008, sendo reconhecida judicialmente e devidamente homologada e registrada. Porém desde que foi reconhecida, passou a sofrer a pressão de invasores. Recorrendo à artimanha de “fatos consumados” os invasores tentam impedir o direito fundamental dos povos indígenas ao usufruto exclusivo de suas terras tradicionalmente ocupadas, demarcadas e regularizadas conforme o artigo 231, § 1º da Constituição. Desde 2019, a Apyterewa acumulou aproximadamente 22 mil hectares em novos desmatamentos, estando na lista das terras indígenas mais ameaçadas, invadidas e desmatadas do país. A Comissão Arns acompanhará as providências contra os que querem impedir a desintrusão. Leia mais https://bit.ly/44UKb3L

SOLIDARIEDADE AOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ E TURIWARA

Em 8 de março, a Comissão Arns assinou, ao lado de dezenas de organizações da sociedade civil, uma carta de solidariedade aos povos indígenas Guarani e Kaiowá. Sistemáticos atentados têm sido feitos nas últimas décadas, situação que se agravou em 2022, com o Massacre de Guapo’y e com as situações de violência e ameaça à integridade física dos povos, que vieram a se repetir em março de 2023, por abordagem truculenta da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul. Leia mais https://bit.ly/4bDolEr

Em 10 de novembro, um ataque a indígenas Turiwara, na divisa dos municípios de Acará e Tailândia, no Pará, resultou em uma morte e em outros três feridos. A Comissão Arns enviou ofício ao ministro da Justiça, Flavio Dino, pedindo rigorosa apuração do episódio e providências. A Comissão Arns informou ainda que vai acompanhar as investigações desses casos. Leia mais https://bit.ly/3ywLTw5

DANIELA MERCURY CANTA EM ATO NAS ESCADARIAS DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO ARNS E PARCEIROS DEBATEM MARCO TEMPORAL DE TERRAS INDÍGENAS

Em 14 de abril, a FGV Direito SP, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Comissão Arns iniciaram um ciclo de debates sobre o Marco Temporal das terras indígenas, com o evento "O Direito e as ameaças aos povos indígenas no começo do século 21". O objetivo foi promover uma discussão pública sobre tema e a Comissão Arns foi liderada nesta iniciativa pela Profa. Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga e relatora da temática indígena na enidade. O Marco Temporal é uma tese jurídica que busca restringir os direitos dos povos originários. De acordo com ela, só poderiam ser oficialmente reconhecidas as terras por eles ocupadas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Na ausência de ocupação efetiva, seria necessário provar a existência de um conflito instaurado pela terra naquela mesma data. A interpretação dessa tese legitima violências e expulsões sofridas por esses povos ao longo do tempo. Ignora que antes da Constituição eram tutelados pelo Estado brasileiro e não tinham autonomia para recorrer à Justiça. O Marco Temporal é uma das ameaças mais graves aos direitos indígenas, à biodiversidade e ao equilíbrio climático. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu a tarefa de controlar a constitucionalidade do Marco Temporal ao iniciar o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.017.365 – conhecido como “Caso Xokleng” -, ação em que o estado de Santa Catarina se apoia no Marco Temporal para restringir os direitos territoriais do povo indígena Xokleng. Como o STF reconheceu repercussão geral ao julgamento, as centenas de ações judiciais versando sobre o assunto que aguardam julgamento serão afetadas pelo seu desfecho. Leia mais https://bit.ly/3x1L1Pw

ATO PÚBLICO PROTESTA CONTRA O MARCO TEMPORAL

No dia do início do julgamento do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) (7/6), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Comissão Arns, o Instituto Vladimir Herzog, a Comissão Justiça e Paz e a OAB-SP se juntaram a artistas, como Daniela Mercury, membro titular da Comissão Arns, e Zélia Duncan, para um protesto na escadaria do Teatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo, centro de São Paulo. Lideranças do povo Guarani e o presidente do Conselho Municipal dos Povos Indígenas de São Paulo, Avani Fulni-ô, participaram do evento, que teve canto, cerimônias e apresentações tradicionais. O objetivo foi mobilizar a sociedade e as autoridades contra a aprovação do Marco Temporal no STF. A tese, alertam as organizações, é inconstitucional e não tem embasamento em tratados internacionais. Leia mais https://bit.ly/4dU5GWy

COMISSÃO ARNS PEDE PARECER SOBRE VOTO DE MORAES AO MARCO TEMPORAL

Em agosto, a Conectas Direitos Humanos protocolou parecer elaborado pelo professor Daniel Sarmento, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a pedido da Comissão Arns, criticando o voto do ministro Alexandre de Moraes, do STF, no âmbito da ação sobre o Marco Temporal das terras indígenas. No documento, Sarmento avaliou as soluções propostas pelo ministro como “inadequadas e incompatíveis com a Constituição”, pois geram “graves danos” aos direitos dos povos indígenas, à segurança jurídica e à proteção do meio ambiente. Em seu parecer, Sarmento se manifestou contrário à proposta de indenização prévia formulada no voto do ministro pelo qual diante de controvérsias judiciais, a União deve pagar indenização prévia aos ocupantes não indígenas das terras a fim de garantir a segurança jurídica. Os pagamentos seriam “em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, tanto em relação a terra nua quanto as benfeitorias necessárias e úteis realizadas”. O professor argumenta que, embora considere legítima a preocupação com a segurança jurídica dos ocupantes não indígenas que tenham agido de boa-fé, a indenização da terra nua na demarcação foi “expressamente vedada” pela Constituição. Para ele, essa proposta resultaria em gastos vultosos para os direitos territoriais dos povos indígenas e causaria atrasos nas demarcações, que poderiam se tornar inviáveis. Leia mais https://bit.ly/4dWMEPd

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

RESUMO DAS TESES JURÍDICAS APRESENTADAS NO JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL

Em 21 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.017.365, afastando, por maioria de 9 votos contra 2, a tese do Marco Temporal, que é incompatível com a garantia constitucional do direito à terra dos povos originários do Brasil. Nesse cenário, e considerando os debates que vêm sendo travados pelos ministros do STF e pela sociedade, as organizações da sociedade civil - Comissão Arns; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - externaram sua preocupação em relação a três aspectos que estão em discussão nessas teses jurídicas.

1 Discute-se a indenização pelo valor da terra nua, ao particular de boa-fé que tenha recebido títulos do poder público incidentes sobre áreas que constituam terras indígenas, mas nas quais não estejam caracterizados o |Marco Temporal ou o renitente esbulho – ou seja, se os índigenas não ocupavam a terra por terem sido expulsos por conta de conflito possessório na data da promulgação da Constituição, considera-se que eles foram vítimas de esbulho e, assim, essa área será considerada terra indígena para os fins do art. 231. Nessa hipótese, é fundamental que a eventual indenização esteja completamente desassociada do procedimento demarcatório, e que o pagamento da indenização não seja prévio à demarcação, nem condicione a plena fruição dos direitos territoriais pelos povos indígenas envolvidos.

2 É preciso afastar a possibilidade de permuta de terras indígenas com outras áreas, hipótese que não foi contemplada pela Constituição Federal. As terras indígenas são absolutamente infungíveis.

3 As teses jurídicas não devem tratar do tema polêmico e complexo da mineração em territórios indígenas. Tal assunto jamais foi discutido no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.017.365, e não cabe introduzi-lo no processo sem que os povos indígenas e a sociedade tenham tido a oportunidade de se manifestar sobre a matéria, sob pena de grave afronta ao devido processo legal. A mineração em terras indígenas representa gravíssimo risco aos direitos desses povos, bem como à proteção do meio ambiente. Em nota pública, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil externou a sua contrariedade.

As entidades permanecem confiantes de que, na definição das teses de repercussão geral (que devem reger a matéria no futuro) no Recurso Extraordinário nº 1.017.365, o STF se manterá firme no exercício do seu papel maior de guardião da Constituição e protetor dos direitos fundamentais de minorias, como os povos indígenas do Brasil. Leia mais https://bit.ly/3WXuk2r

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

NÃO AO PL Nº 2903 (NP#62)

Em 20 de outubro, a Comissão Arns externou em nota pública sua preocupação com a aprovação do Projeto de Lei (PL) n º 2903/2023 pelo Congresso Nacional, que se traduz no maior retrocesso aos direitos dos povos indígenas desde a redemocratização do país, tais como:

• Permite que a União retome reservas indígenas para outras finalidades, por "alteração dos traços culturais da comunidade indígena ou de outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo". As reservas indígenas são áreas já definitivamente regularizadas e incorporadas ao patrimônio da União. Franqueia indenizações a invasores que sequer teriam qualquer direito sobre essas áreas.

• Autoriza contatos forçados com indígenas que vivem em isolamento, o que lhes retira o direito fundamental à autodeterminação.

A Comissão manifestou ainda seu repúdio com o nível de crise institucional que vem sendo conflagrada pelo Poder Legislativo quando o STF exerce uma de suas mais nobres atribuições: a tutela dos direitos das minorias. Vale lembrar que a inconstitucionalidade contida no PL nº 2903 foi reconhecida pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.017.365, em 27 de setembro de 2023. Na ocasião, a Corte afastou, por maioria de 9 votos contra 2, a tese do Marco Temporal, incompatível com a garantia constitucional do direito à terra dos povos originários do Brasil. Leia mais https://bit.ly/3UZPDxT

INTERESSES COMUNS COM A UNIÃO EUROPEIA

No final de 2023, a Comissão Arns iniciou conversas com a Fern, organização não governamental com sede em Bruxelas, que atua para promover a justiça social e ambiental no âmbito da União Europeia. Laura Greenhalgh e Manuela Carneiro da Cunha representaram a Comissão Arns indicando assuntos de interesse comum em relação à nova legislação ambiental da UE, como a defesa dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como as quilombolas, ribeirinhas e extrativistas.

FOTO: LUCAS HALLEL

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE

A OPERAÇÃO ESCUDO NO GUARUJÁ (NP#58)

A Comissão Arns manifestou em nota pública (31/7) sua profunda preocupação com a chamada Operação Escudo, desencadeada em julho após a morte de um policial militar na cidade do Guarujá, em São Paulo. A morte do policial não pode ser tolerada, exigindo ação rigorosa por parte das autoridades, porém, dentro dos estritos limites do Estado de Direito. O elevado número de mortes de "suspeitos" no bojo da referida operação, assim como denúncias de torturas praticadas contra membros da comunidade, inclusive adolescentes, além de ameaças de retaliação contra a população civil, exige imediata investigação, não apenas das autoridades policiais, mas também do Ministério Público, com amplo acompanhamento da sociedade civil e dos órgãos federais responsáveis pela garantia dos direitos humanos. A falta de controle da atividade policial apenas fortalecerá o crime organizado, colocando em risco a integridade da população. Leia mais https://bit.ly/4bVnHCa

A DEMOCRACIA NÃO PODE CONVIVER COM CHACINAS (NP#59)

Em nova nota pública (17/8), a Comissão Arns posicionou-se para exigir das autoridades da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como dos poderes da República, em Brasília, uma resposta contundente aos recentes episódios que resultaram em dezenas e dezenas de mortes nesses três estados da Federação. Existe um vínculo indissolúvel entre democracia e respeito aos direitos humanos. Nenhuma democracia é digna desse nome quando a violação desses direitos se torna sistemática, sem resposta efetiva dos poderes do Estado. Leia mais https://bit.ly/3wRrdyo

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE

COMISSÃO ARNS ENVIA OFÍCIO A GOVERNADOR DE SP SOBRE AMEAÇAS A OUVIDOR DAS POLÍCIAS

A Comissão Arns enviou ofício ao governador do estado de São Paulo para demandar o aumento da segurança pessoal do ouvidor das polícias do Estado, Claudio Aparecido da Silva. Ele foi ameaçado de morte em grupo de mensagens, ao que consta, por um agente penitenciário aposentado, por sua reação diante da violência policial no Guarujá. A ameaça já foi relatada em boletim de ocorrência e, assim, já é do conhecimento da Polícia Civil. Leia mais https://bit.ly/3UVAFZt

COMISSÃO ARNS SE REÚNE COM MINISTÉRIO PÚBLICO NA BAIXADA SANTISTA

Em 22 de setembro, no âmbito da chamada Operação Escudo, desencadeada pela polícia do estado de São Paulo no Guarujá, em julho, um grupo de representantes da Comissão Arns esteve na Baixada Santista para conversar com o Ministério Público. O objetivo foi articular intermediações junto a autoridades estaduais, de modo a evitar mortes. A partir de articulação das Mães de Maio, coletivo de mães de mortos por violência policial, o grupo reuniu-se também com familiares das vítimas. Leia mais https://bit.ly/4aAKbXO

ALERTA SOBRE RISCO DE DESMONTE DA POLÍTICA DE USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELA POLÍCIA EM SÃO PAULO

Diversas organizações, a Comissão Arns entre elas, divulgaram nota em 26 de outubro sobre o desmonte do programa "Olho Vivo" responsável por equipar policiais do estado de São Paulo com câmeras portáteis (COPs) para conter a o uso da força letal. Apesar de estudos terem indicado uma queda geral de 62,7% na letalidade policial, entre 2019 e 2022, com especial ênfase nas unidades já equipadas com as COPs, o novo governo de São Paulo vem reduzindo seu uso. Vale lembrar que as câmeras oferecem proteção física e jurídica para os policiais, conforme estudo do Instituto Sou da Paz sobre a implementação do programa. Entretanto, o êxito da política de segurança pública de São Paulo, de controle do uso da força letal, que serviu de exemplo para diversos estados, vem sendo descontruído pelo governo paulista, tirando a prioridade das câmeras corporais, ignorando as evidências científicas e apontando para um horizonte de políticas de segurança pública baseadas na violência policial. Leia mais https://bit.ly/4aH1ial

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE

SOLIDARIEDADE AOS MANIFESTANTES PRESOS EM SESSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (NP#66)

Em nota pública (8/12), a Comissão Arns prestou solidariedade aos manifestantes agredidos e detidos por agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo no dia 6/12/2023, em sessão plenária na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que debatia a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Eles foram posteriormente acusados de resistência e lesão corporal e mantidos presos pelo Judiciário paulista. O episódio aponta para as fragilidades na intervenção da polícia militar diante do contingente de manifestantes, levando à prisão de Hendryll Luiz Rodrigues de Brito Silva e Lucas Borges Carvente. A Comissão Arns considerou desproporcional a prisão e sua manutenção. Leia mais https://bit.ly/4bznWTI

RACISMO

COMISSÃO ARNS PEDE PROVIDÊNCIAS SOBRE RACISMO CONTRA CASAL NA BAHIA

Em 10 de maio, a Comissão Arns enviou dois ofícios a autoridades do estado da Bahia solicitando providências em relação ao episódio de agressão praticado por seguranças privados contra um casal negro no supermercado Big Bom Preço, pertencente ao Grupo Carrefour. A Comissão Arns pediu apuração dos fatos e informações sobre os encaminhamentos realizados. Leia mais https://bit.ly/4dSvhiz

FOTO: LUIZ BALTAZAR

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

COMISSÃO DE ANISTIA É RECONSTRUÍDA

Em janeiro, a Comissão Arns celebrou a recomposição da Comissão de Anistia pelo ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do governo Lula, Silvio Almeida. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o colegiado foi praticamente desmontado e foram nomeados militares e pessoas contrárias a iniciativas de reparação às vítimas da ditadura civil-militar. A reorganização da Comissão incluiu nomes qualificados e de reconhecida trajetória na defesa dos direitos humanos.

MEMORIAL DO DOI-CODI QUER PRESERVAR MEMÓRIA E VERDADE

Desde 2021, uma Ação Civil Pública do Ministério Público de São Paulo tramita na Justiça pedindo a criação do memorial do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) – local de tortura e assassinatos durante a ditadura civil-militar (1964-1985) em São Paulo. A partir daí, formou-se um grupo de trabalho envolvendo diversas organizações de defesa dos direitos humanos, incluindo a Comissão Arns, o Ministério Público, a OAB e universidades entre outras instituições, visando a transformação do prédio do DOI-Codi em um memorial para preservar a memória e a verdade. O DOI-Codi, que ficava na Rua Tutoia, zona sul de SP, abrigava a Operação Bandeirante (Oban), era conhecido como o QG da Tortura no período da ditadura civil-militar. Hoje, na parte da frente funciona uma delegacia e nos fundos estão os prédios vazios do DOI-Codi. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) iniciou trabalhos de pesquisa arqueológica em suas dependências que vêm sendo acompanhados pela Comissão Arns. Em conversas com o ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e Cidadania, o grupo aventou a possibilidade de o governo federal assumir esses edifícios.

DIREITO À MEMÓRIA
E À VERDADE

ATO PÚBLICO LEMBRA TORTURA E ASSASSINATO DE ALEXANDRE VANNUCHI LEME

MARIA VICTORIA DISCURSA EM ATO EM MEMÓRIA DE ALEXANDRE VANNUCHI

A Comissão Arns, o Instituto Vladimir Herzog e o Núcleo Memória homenagearam Alexandre Vannuchi Leme, assassinado em 1973, aos 22 anos, nos porões do (DOI-Codi), pelas mãos do torturador coronel Brilhante Ustra. O ato público foi realizado em março na sala dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e reuniu militantes que combateram a ditadura civil-militar, intelectuais, ativistas e jovens universitários. Alexandre, estudante de Geologia na Universidade de São Paulo, foi preso e torturado até a morte. Entre suas últimas palavras, ao voltar para a cela depois de uma sessão de espancamentos, gritou pelos corredores para os colegas detidos: "Eu só falei meu nome". Leia mais https://bit.ly/3wMVZIN

EM NOME DA TRANSPARÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO HISTÓRICA

Em maio de 2023, por iniciativa do Washington Brazil Office- WBO, grupo de organizações da sociedade civil brasileira, aí incluída a Comissão Arns, lançou uma campanha pela desclassificação de documentos relacionados à ditadura civil-militar (1964-1984), que se encontram nos Estados Unidos, destacando a necessidade de transparência e reconciliação histórica. A iniciativa incluiu o envio de uma carta ao presidente norte-americano Joe Biden, bem como a organização de reuniões no Congresso dos Estados Unidos em defesa da desclassificação desses documentos sensíveis. Recentemente, foram realizadas discussões com representantes do governo brasileiro, visando o engajamento ativo no pedido de desclassificação. A Washington Brazil Office (WBO) é uma organização independente criada em 2022 para promover atividades de advocacy, informação e cooperação na proteção de direitos humanos, promoção do desenvolvimento econômico sustentável e defesa da democracia e do Estado de Direito, junto ao público e a autoridades americanas. A representante da Comissão Arns no Washington Brazil Office é a Profa. Maria Hermínia Tavares de Almeida.

COMISSÃO ARNS PEDE ANULAÇÃO DE HOMENAGEM A ERASMO DIAS

Em junho, a Comissão Arns enviou carta ao governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, pedindo a anulação da lei que dá o nome de Erasmo Dias a um trecho da Rodovia Manílio Gobbi (SP-284), que liga os municípios de Paraguaçu Paulista e Assis. Diz um trecho da carta: “Adepto do uso da truculência contra a população civil, os estudantes e os militantes da resistência ao golpe militar, Erasmo Dias, falecido em 2010, ostenta um tenebroso currículo formado a partir das suas posições de comando, quando empreendeu ações de repressão, tortura e morte nos chamados anos de chumbo”. E mais adiante: “Como secretário de Segurança do Estado de São Paulo, em 1977, coordenou a brutal invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em que policiais militares agrediram e feriram dezenas de estudantes, além de rasgar livros da biblioteca da universidade”. https://bit.ly/4aAm37U

INVASÃO DA PUC-SP É LEMBRADA 46 ANOS DEPOIS

A brutal invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 22 de setembro de 1977 foi lembrada em 25 de setembro em ato realizado no Teatro Tucarena, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estudantes, artistas, acadêmicos, juristas, jornalistas e ativistas se reuniram para lembrar o que é considerado um dos momentos mais violentos da história da ditadura civil-militar, comandado pelo coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança do estado de São Paulo. A organização do tradicional ato de resistência em memória à invasão da PUC contou com o apoio da Comissão Arns entre outras organizações. A reitora da universidade à época, Nadir Kfouri (já falecida), que enfrentou a polícia, foi homenageada com uma placa que dá seu nome a um trecho da rua Monte Alegre, onde se localiza a universidade e que foi entregue a seu sobrinho, o jornalista Juca Kfouri. Leia mais https://bit.ly/3yLm9fm

FOTO: PAULA MARINA

PELA IGUALDADE DE GÊNERO NOS TRIBUNAIS DE SEGUNDA INSTÂNCIA

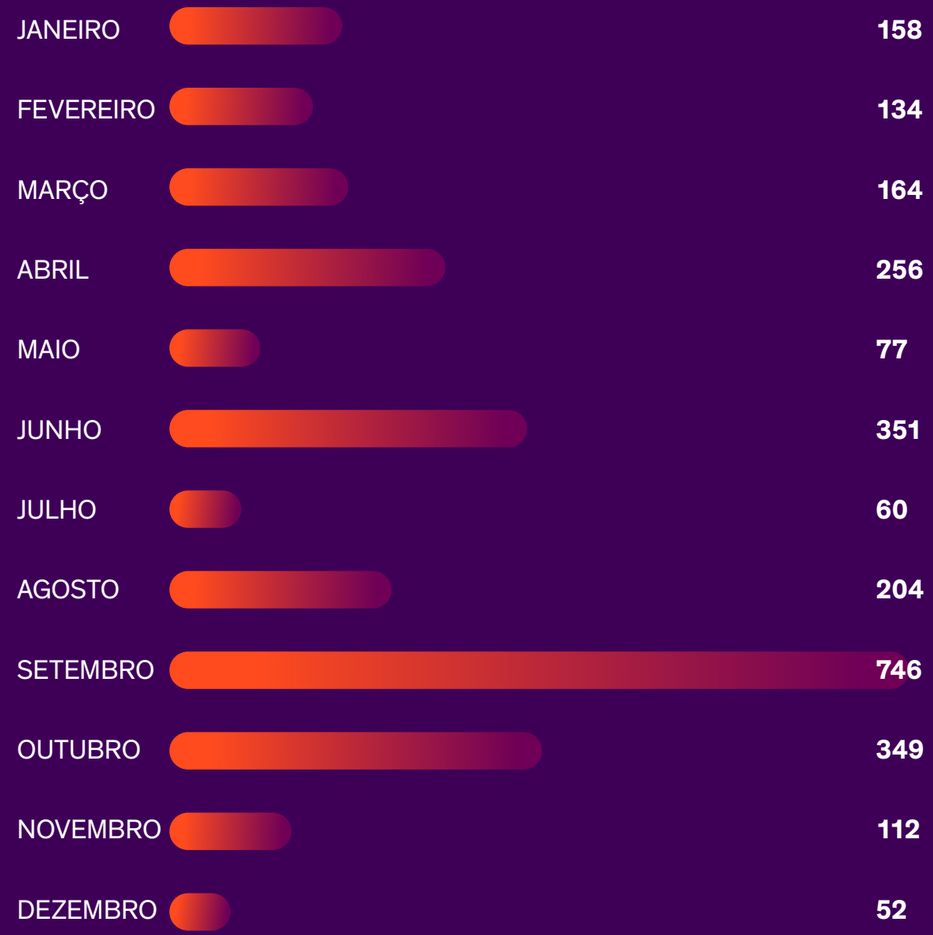
Em 26 de setembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou em decisão histórica a criação de política de alternância de gênero no preenchimento de vagas para a segunda instância do Poder Judiciário, alterando a Resolução nº 255 de 2018. Os debates em defesa da igualdade de gênero se iniciaram em 19 de setembro com sustentação oral de diversos advogados, incluindo Oscar Vilhena, fundador da Comissão Arns, que entrou na ação como amicus curiae. "Discriminação pode resultar de uma conduta aparentemente neutra, mas que sobrecarrega um grupo vulnerável de forma especial.", afirmou em sua sustentação.

NA MÍDIA

A COMISSÃO ARNS NA MÍDIA

De janeiro a dezembro de 2023, a Comissão Arns foi citada 2643 vezes na imprensa. O maior pico se deu em setembro (746 citações), especialmente por conta da morte de seu fundador, o advogado José Gregori (292 menções). O segundo pico aconteceu em outubro com 349 menções. Destas, 291 citaram a nota conjunta de entidades contra o desmonte da política de uso de câmeras corporais pela polícia militar. Também houve destaque para o posicionamento da Comissão sobre o Marco Temporal, o ato que lembrou a invasão da PUC-SP, 46 anos atrás, e a vitória contra a fábrica de armamentos Taurus na Justiça. Nos meses de abril e junho os resultados foram expressivos: 331 e 256 respectivamente. Em abril, o destaque foi a visita da Comissão Arns ao Pará. Em junho, aconteceu a divulgação do relatório que resultou dessa expedição. Somaram-se o ato contra o Marco Temporal nas escadarias do Teatro Municipal e o pedido de anulação da homenagem ao coronel Erasmo Dias.

2023 MÊS A MÊS



NA MÍDIA

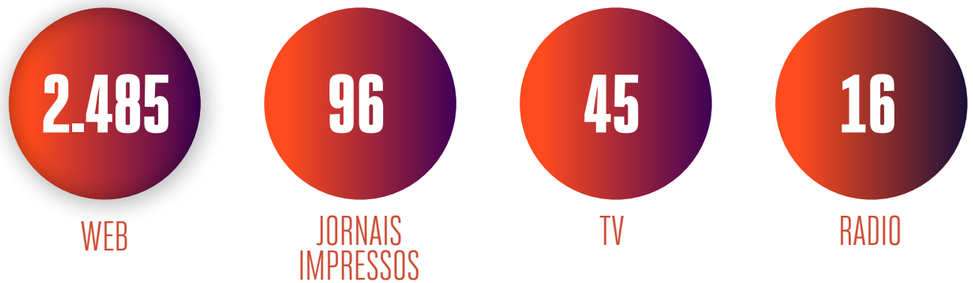
MÍDIA IMPRESSA, RÁDIO E TV E ON LINE

O resultado mais expressivo numericamente foi na Web: **2.485 citações** em veículos qualificados, como UOL e G1, e em portais regionais, progressistas e especializados.

Em Jornais Impressos, foram **96 publicações**, tanto nos quatro principais veículos de circulação nacional – Folha, Estadão, O Globo e Valor Econômico – quanto em periódicos regionais relevantes como O Liberal (PA), Diário do Amapá (AP) e O Sul (RS). A revista Veja São Paulo também citou a Comissão Arns em nota.

Em TV foram **45 matérias**, com intensa cobertura da TVT (TV dos Trabalhadores) e reportagens na TV Globo, GloboNews, TV Cultura, entre outras emissoras.

Em Rádio foram **16 menções** registradas, especialmente nas rádios Cultura, BandNews, CBN e Nacional de Brasília.



ABRANGÊNCIA POR TIPO DE VEÍCULO

A maior quantidade de matérias citando a Comissão Arns se deu em **veículos regionais** (2.041) – principalmente pelo grande número de jornais locais em todo o Brasil e pela replicação de matérias em agências de notícias, como a Agência Brasil.

Os **veículos de expressão nacional** – como Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico, portais como UOL e G1, emissoras de Rádio e TV (Globo News, TVT, Globo, TV Cultura, CBN, Band News entre outras) apareceram em segundo lugar, com 246 publicações.

Os **veículos On line especializados,** como Conjur, JOTA, Money Times e Nexo, somaram 113 publicações.

A **mídia estrangeira** totalizou 48 citações – destaque para The Guardian, Deutsche Welle e TeleSur, com pautas como a violência no Guarujá, o Marco Temporal e a questão da proibição de anúncios de armas pela fabricante Taurus em seu site e redes sociais. A mídia progressista também deu espaço para a Comissão Arns, caso da Rede TVT (TVT, Rádio Brasil Atual e Rede Brasil Atual) que cobriu quase todas as ações importantes ao longo do ano.

NA MÍDIA

AS SEIS AÇÕES DE MAIOR REPERCUSSÃO

Marco Temporal	310	publicações
Morte de José Gregori	292	publicações
Câmeras corporais da PM/SP	291	publicações
Expedição Pará	224	publicações
Operação Escudo e chacina no Guarujá	172	publicações
Ação contra a Taurus	164	publicações

PUBLICAÇÕES EM MÍDIAS DE EXPRESSÃO NACIONAL

Folha S.Paulo	85	publicações
O Globo	16	publicações
O Estado de S. Paulo	14	publicações
Valor Econômico	8	publicações
UOL	23	publicações
G1	21	publicações
Globo	3	menções
Globo News	1	menção

MÍDIAS DIGITAIS

SITE

12866 visualizações de páginas

6200 visitantes únicos

PUBLICAÇÕES

631 artigos no Blog

67 Notas Públicas

89 Documentos

MAIS VISUALIZADAS

1	Comissão Arns	3896
2	Blog	620
3	Exposição Lágrimas da Terra	456
4	Anulação de homenagem a Erasmo Dias	482
5	Documentos	425
6	Recomendação da Comissão pós expedição ao Pará de operação integrada de segurança pública no sul e sudeste daquele estado	361
7	A inesquecível marca de José Gregori na consolidação dos direitos humanos	323
8	NP#58 Operação Escudo no Guarujá	260

MI DIAS DIGI TAIS

REDES SOCIAIS

Os seguidores orgânicos nas redes sociais cresceram 12% em relação a 2022. O X e o Instagram cresceram 12% enquanto o Facebook manteve o mesmo patamar.

Embora o **X** tenha crescido, vale registrar que em 2023 o tráfego nessa rede social caiu 19% nos principais países do mundo, e no Brasil as novas contas diminuíram de 37% para 29% em relação a 2022.

No **Instagram**, o destaque é para o aumento de seguidores formadores de opinião: jornalistas, organizações e influencers

POSTS QUE TIVERAM MAIS DE 10 MIL VISUALIZAÇÕES NO X

1º	Visita a Padre Júlio Lancelotti	77K
2º	Morte de José Gregori	22K
3º	Daniela Mercury torna-se membro titular da Comissão Arns	15K
4º	Vídeo sobre Marco Temporal	12K
5º	Assassinato Mãe Bernadete	11K
6º	Protesto contra homenagem a Erasmo Dias	9K
7º	Revisão Brasil Tortura na ONU	12K
8º	Vídeo População de rua	11K

A Comissão participou de cinco tuitaços ao lado de inúmeras organizações da sociedade civil sobre o julgamento do Marco Temporal no STF.

O X TOTALIZOU 113 POSTS E 11 300 VISUALIZAÇÕES

CRÉDITOS

Coordenação Laura Greenhalgh
Conteúdo Maria Inês Zanchetta
Projeto Gráfico Christine Engelberg
Edição Final Aurea Lopes
Apoio Editorial André Alcântara e Ricardo Oliveira

comissaoarns comissaoarns ComissaoArns

www.comissaoarns.org